

**CHACO-PY EM MOVIMENTO. A PRODUÇÃO TERRITORIAL NAS
FRONTEIRAS LATINO AMERICANAS**
**CHACO -PY MOVING. THE PRODUCTION TERRITORITY IN THE
LATIN AMERICAN BORDER**

Lidiane Almeida Costa¹
lidyane_81@hotmail.com

Edvaldo Cesar Moretti²
edvaldomoretti@ufgd.edu.br

RESUMO: O Pantanal é uma área com 250 mil km² de extensão, situado ao sul de Mato Grosso e a noroeste de Mato Grosso do Sul, no Brasil, e se estende pela Argentina, norte do Paraguai e leste da Bolívia. A extensão territorial total do ambiente na Argentina, Paraguai e Bolívia compreende cerca de 1 (um) milhão de km² que é denominada de Gran Chaco, ou Chaco Sudamericano. Essas duas porções territoriais, Pantanal e Chaco, apresentam características comuns ao apresentarem no tempo presente diversidade ambiental valorizada no mundo moderno como áreas que conservam espécies vegetais e animais considerados únicos no mundo, no entanto a produção e o uso desse ambiente são diferenciados nos diferentes países, produzindo territorialidades diferenciadas. O trabalho pretende refletir sobre a produção da natureza tendo como área de pesquisa o Chaco localizado no território Paraguaio, com reflexões baseadas na ciência geográfica no que se refere à produção e consumo do espaço, a partir da análise da espacialidade.

PALAVRAS-CHAVES: Pantanal; Chaco; Fronteira; Território; Espaço

ABSTRACT: The Pantanal is an area of 250 square kilometers in length, located in Brazil, south of Mato Grosso and northwestern Mato Grosso do Sul who extends by Argentina, northern Paraguay and eastern Bolivia. The extension total territory and is situated the three countries: Argentine, Paraguay and Bolívia is approximated one million km, called Granchaco or Chacosudamerican. This places show common features present in time, to this environmental diversity valued as areas that conserve plant and animal species considered unique in the world, however, the production and use of this environment no are usual in different countries, producing differentiated territoriality. This research shows development the nature, in the Paraguay Chaco's, with reflections based on geographical science as regards the production and consumption of space, from the analysis of spatiality.

KEY-WORDS: Pantanal; Chaco; Frontier; Territory; Space

¹ Geógrafa, Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/FCH. Integrante do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente – GTA. Bolsista de Apoio Técnico a Pesquisa do CNPq

² Doutor em Geografia. Docente na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Membro permanente do Programa de Pós Graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia da UFGD e colaborador do Programa em Pós Graduação em Geografia da UNICAMP. Coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente - GTA

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é abordar a produção do Chaco paraguaio, lugar na América do Sul, que faz fronteira com o território brasileiro, especificamente com o Pantanal brasileiro. A pesquisa teve a proposta de olhar sobre a produção de um lugar com características próximas ao Pantanal mas que apresenta formas de produção diferenciada, por exemplo, quanto a sua valorização enquanto ambiente conservado para uso turístico.

De acordo com Torraca (2006, p.46) no imaginário paraguaio o Chaco é “um deserto sem vida, onde as plantas são cobertas de espinhos que perfuram as roupas e os sapatos; uma região onde se alternam um frio gélido e um calor insuportável, a seca e as inundações cheias de insetos e cobras”. Para Torraca (2006), as razões que reforçam este ideário podem ser explicadas pelo fato de o Chaco estar localizado na parte ocidental do Paraguai, região considerada “desabitada e inóspita” (grifos da autora), devido ao clima seco e de altas temperaturas.

O ideário paraguaio sobre o Chaco, também pode ser explicado pelo processo colonizador do lugar, pois os primeiros imigrantes que chegaram ao Paraguai se situaram na parte Central do Chaco.

Esta região é arenosa, tem pouca água e sua localização é bastante difícil, assim como o seu acesso, fato inesperado pelos imigrantes, que imaginavam e ansiavam por um lugar de terras férteis, onde pudessem prosperar e se transformaria em “*la terra de promisión*” no entanto o lugar ficou conhecido como “Inferno Verde” (TORRACA, 2006, p.46, grifos do autor).

Assim, fica bastante evidente que o Chaco apresenta uma imagem negativa para a população e que vem sendo reforçada no decorrer dos anos, inclusive pelo Estado, que com este ideário conseguiu justificar as colonizações dos imigrantes que se estabeleciam e produziram o lugar, deixando claro que o problema não é especificamente de localização e sim as estratégias de políticas públicas que valorizem o ambiente e a sociedade produtora deste lugar.

De acordo com o projeto de ordenamento Territorial, realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Paraguai (SEAM), o Paraguai está dividido em duas regiões: a

oriental e a ocidental. O Chaco³ paraguaio localiza-se na porção ocidental do Paraguai, formando cerca de “60% do território nacional, com 450 km de distância da capital Assunção. Esta região pode ser subdividida em três partes⁴: (1) - Costa do Paraguai no departamento de Alto Paraná, (2) – Sub-área, nos departamentos de Alto Paraguai, Boquerón e Presidente Hayes, (3) - Bajo Chaco, sub-região localizada na confluência dos rios Paraguai e Pilcomayo.

A atual situação geográfica do Chaco, não sofreu grandes mudanças no decorrer dos séculos, ainda é olhada como sendo uma área hostil e desabitada, com poucos recursos e desprovida de oportunidades. “*Es la parte olvidada del Paraguay*”⁵.”

No entanto, o Chaco também tem sido considerado uma região estratégica para o governo paraguaio (em diferentes mandatos, e em momentos diversos). De acordo com o pesquisador paraguaio Fabrício Vazquez, existe uma grande quantidade de políticas públicas para o mencionado ambiente, porém poucas são aplicadas, como é o caso da cidade chaquenha Fuerte Olimpo, capital departamental do Alto Paraguai:

Em la región del Chaco tiene muitas políticas públicas. Fuerte Olimpo es una ciudad muy pequeña es una capital departamental enton tiene una infra-estrutura institucional muy pequeña ainda, mas a mejor forma de llegarmas rápido é de avião, tienes muchos aviões que pasan la frontera sin problema, sin controle sin nada. Porque en la región del chaco tiene muitas políticas públicas. Fuerte Olimpo es una ciudad muy pequeña es una capital departamental enton tiene una infra-estrutura institucional muy pequeña ainda, mas a mejor forma de llegar mas rápido é de avião, tienes muchos aviões que pasan la frontera sin problema, sin controle sin nada. Brasileños que vienen (fazenderos) que tienen tieras no Paraguay. Enton, es una ciudad muy pequeña no tem mucha poblacion, 90% de la población és brasileña? No se puede hablar que a población de la ciudad es paraguaya, mas los actores del distrito, si mas somente o prefeito de Porto Murinho que tinha uma fazenda alla mas tiene mucha gente que cruza la frontera si, sen controle, ocontrole es simplemente: oi estoy passando a frontera soy el avião preto; o que estoy querendo decir es que no via tener mucho problema no, mas sea frontera Brasil-Paraguay tienes avión que hacen eso y tienes avión que vienen do Brasil com cocaína también. Entón tienes muchos que ven de Bolívia entón tienes muchas cosas que passam, a riqueza prodizida es o gado, mas antes da riqueza produzida era dos ganaderos, que era pilotado quase exclusivamente por brasileiros, hoy a gente tiene norte-americanos, uruguaios, europeus, argentinos é uma

³ De acordo com Torraca (2006) o nome Chaco, deriva da palavra “*Chacu*” do idioma quéchua cujo significado é: Grande território de caça.

⁴ Divisão geográfica realizada pelo Estado paraguaio

⁵ Vázquez, 2010. Entrevista concedida a esta autora em 14 de setembro de 2010.

loucara. Y como el gobierno mira eso? Ello no mira es lo Chaco⁶.

A aplicação de políticas públicas permitiria a essa região uma integração com o restante do país, no que se refere a vida econômica e sociocultural do Paraguai. Percebemos que essa conformação é uma estratégia governamental que começou a sofrer transformações a partir da década de 1990 quando, inicia-se, no Chaco, um processo de aceleração nas transformações econômicas e territoriais, pois, essa região começa a ganhar dinamismo agroindustrial baseado na agricultura e na criação de gado para a produção de leite, mediante atividades de atores tradicionais e a chegada de novos empresários, principalmente fazendeiros estrangeiros (brasileiros).

É possível observarmos essa realidade na fala de um morador do Chaco, quando indagado quais são as atividades que geram trabalho e renda:

Actividade hay para entrar en el campo, trabajar alambrado, de campero de administracion, de qualquer cosa asi. Hay muchas haciebndas, entonces ahay mucho trabajo, muchos brasileiros que tienen gado⁷

Para Vázquez (2009), a transformação territorial se inicia com a expansão da agricultura e das cooperativas no Chaco Central, mas sem consumir demasiadamente terras no espaço disponível, pois, segundo o autor, as atividades produtivas não demandavam muito espaço e requeriam uma proximidade com os centros comerciais e industriais.

A partir de 1995, a pecuária bovina para a produção de carne, se desenvolve e se intensifica, conquistando novos espaços. Primeiro nos arredores das cooperativas, no Chaco Central e, depois, em toda a área chaquenha. Essa rápida expansão se realizou mediante compras de terras por parte de pecuaristas do Chaco Central que almejavam aumentar suas atividades produtivas. Os vendedores, em sua maioria, são proprietários de terras que vivem em Assunção e não demonstram interesse em fixar moradia no Chaco.

Isso ocorre devido ao fato de que é uma área de difícil acesso, sem conectividade com o restante do país. Antes da ampliação econômica do Chaco, era

⁶ Geógrafo paraguaio Fabrício Vázquez ao falar sobre políticas públicas no Chaco/Fuerte Olimpo-PY. Em entrevista concedida a esta autora em 14 de setembro de 2010 na cidade de Assunção-PY.

⁷ VITORIANO AVALOS PRETO, morador do Chaco – Forte Olimpo, Paraguai. Em entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010.

possível encontrar hectares de terras com preços muito baixos e essa realidade foi se transformando com o passar dos anos: “Desde 2 a 4 dólares hasta la década de 1990, que fueron saltando a 9 y 12 dólares por hectárea a finales de la década de 1990 para pasar ya 120 y hasta 150 dólares por hectárea a mediados de la década de 2000” (VÁZQUEZ, 2009, p. 08).

A construção da rodovia Transchaco⁸ representa um marco fundamental nessa emergência territorial, pois permitiu a integração entre o sistema econômico produtivo e comercial com o resto do país. Cabe ressaltar que a rodovia já estava disponível antes da expansão econômica da pecuária, mas as condições internas do Chaco (falta de infra-estrutura e isolamento da população) não permitiam que a mesma fosse utilizada de forma intensiva como se faz nos dias atuais.

Entre os motivos que levaram a construção e efetivação da rodovia Transchaco, Vázquez (2006) menciona

La extrema necesidad de las colonias menonitas del Chaco central de generar ingresos monetarios les obligó, a inicios de la década de 1950, a buscar acceso al mercado nacional, especialmente Asunción, para lo cual contaron con un gran apoyo financiero y político de los menonitas norteamericanos, quienes a través del departamento de Estado de los Estados Unidos ofrecieron al Estado paraguayo la financiación de la construcción de la ruta Transchaco. Esta ruta ha sido crucial para el desarrollo de las colonias menonitas y de la actividad ganadera del Bajo Chaco, pues posibilitó el acceso a los mercados nacionales y, posteriormente, a los internacionales (VÁZQUEZ, 2006, p. 9).

Essa transformação espacial estimulou e permitiu a migração de habitantes de outras localidades do Paraguai para a região Ocidental fixando ali moradias, em função da busca por oportunidades de emprego nas fazendas de gado.

Algunos vienen de Asunción, Concepción, algunos vienen em busca de algun recurso para ganar dinero, así que la gente que tiene sua familia deja sua familia para salir a trabajar [...] Depende de la persona que procura no pasa dificultad, si tiene responsabilidad y es trabajador no tiene dificultad, porque hay algunos recursos. Aquí no hay empresas, solo hospital y policía, empresas no hay aca. Empleo poco hay, solo en ganadaria⁹

No início da década de 2000 surgiram duas vertentes econômicas da

⁸ Rodovia Transchaco é considerada pelos paraguaios “a porta de entrada ao Chaco”. Fundada em 1786, como redução pelo jesuíta Amancio Gonzalez e Escobar. Com base em Vázquez (2006).

⁹ VITORIANO AVALOS PRETO, morador do Chaco – Fuerte Olimpo, Paraguay. Em entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010.

atividade pecuarista que se agregaram as já existentes no Chaco Central e transformaram o espaço chaquenho, produzindo novas territorialidades.

A primeira se situou na porção sul do Chaco, onde a pecuária hiper extensiva e tradicional se converteu em sistemas produtivos modernos, integrados e de qualidade. Vários moradores do Chaco passaram a trabalhar com a pecuária. *“Acá em Chaco hay várias comunidades, haciendas. La mayoría de las personas que viven acá mas o menos 70 % se dedican a la ganaderia”* (VIVIANA MARTINS, moradora do Chaco de Fuerte Olimpo. Entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010).

Nesse caso, a transformação familiar (filhos, avós e netos) foi determinante no acionamento dessas propriedades rurais que, em pouco tempo, se modernizaram, possibilitando uma integração mais dinâmica com os novos mercados, tanto nacionais como externos.

Essa transição foi possível graças a existência de bens e serviços, logística e técnicas disponíveis no próprio Chaco, provenientes das cooperativas do Chaco Central, que dispuseram de todo o sistema produtivo e técnico necessário para ativar as propriedades do Sul, especificamente as do departamento de Presidente Hayes.

A Segunda vertente econômica está organizada, em grande parte, por fazendeiros brasileiros¹⁰ e, em menor quantidade, por fazendeiros uruguaios e europeus, situados na fronteira com o Brasil, no departamento do Alto Paraguay, em nossa área de estudo.

Esses atores instalaram, em suas propriedades, um amplo sistema produtivo, com abertura de caminhos e pastagem para gado, entre outros serviços. Para tanto, contam com o apoio das cooperativas e das novas empresas privadas do setor de logísticas, estabelecidas no Chaco Central que entram em funcionamento e fazem o possível para instalarem e por em prática as novas unidades produtivas.

Portanto, esses investidores dispõem de recursos financeiros para incorporar todas as melhorias e tecnologias necessárias para aumentar a produção de carne bovina de modo acelerado.

A incorporação dessas vertentes econômicas exigiu o desmatamento de

¹⁰ Segundo questionário aplicado aos moradores do Chaco de Fuerte Olimpo-PY, cerca de 90% dos fazendeiros são brasileiros.

grandes áreas, muitas vezes realizadas por ordem de fazendeiros que, aproveitando-se da falta de fiscalização e regulamentação estatal, acabam por praticar tais atos.

Muchas veces es complicado porque nosotros dependemos de Concepción, acá no tenemos así una fiscalía de medio ambiente [...] El gobierno paraguay hace muy poco o nada es lo que hacen [...] La mayoría de las personas que gobiernan el país no son chaqueños no conocen la realidad de las personas que vivimos en el Chaco, entonces su prioridad esta mas allá¹¹.

A maioria dos fazendeiros brasileiros que adquirem terras no Chaco é proveniente dos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo e se dedicam a essa atividade econômica há muitos anos.

De acordo com Vázquez (2009), foi na década de 1990 que o primeiro grupo de brasileiros adquiriu terras e fixaram moradia no Chaco. O grupo não era numeroso, mas contribuiu para a expansão da pecuária na zona de fronteira entre o estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, e o Departamento do Alto Paraguai, no Paraguai.

A chegada do segundo grupo de brasileiros ao Chaco se inicia com a década de 2000. Ganhando força a partir de 2003, com a chegada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república no Brasil.

Esto generó inquietud entre los inversionistas brasileños, por lo que estos comenzaron a diversificar sus inversiones ante el temor de una reforma agraria con confiscación de tierras. Así, una vez más, el Chaco aparecía como un espacio refugio a los intereses y actores extranjeros¹². (VÁZQUEZ, 2009, p 09)

A implantação de fazendeiros brasileiros aconteceu próxima a propriedades de fazendeiros paraguaios que passaram a vender parte ou a totalidade de suas terras para os brasileiros. Esses episódios induziram um processo lento de melhorias no sistema produtivo, convertendo, na maioria dos casos, a pecuária extensiva para a semi-intensiva ou intensiva. Assim, para o autor, esse fenômeno é

¹¹ Moradora e professora da escola pública primária do Chaco de Forte Olimpo-PY, ao falar da fiscalização do governo paraguaio diante dos delitos cometidos contra o meio ambiente no Chaco por fazendeiros brasileiros, em entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010.

¹² Vázquez (2009) indica que logo após o fim do regime Apartheid sudafricano, várias “famílias brancas” se instalaram no Paraguai e no Chaco central pela mesma razão.

resultado de um conjunto de fatores locais e de outros que vão além das fronteiras. Sobretudo, são ocorrências mundiais relacionados não somente a mercados, mas igualmente à crescente disponibilidade de serviços técnicos e científicos que qualificam a produção¹³.

A tabela a seguir nos revela que os departamentos da região oriental registram um quantitativo superior de criação de gado bovino, no entanto, os departamentos da região ocidental passaram a registrar a partir da década de 1990 um crescimento modesto, porém contínuo.

Tabela - Existência de gado bovino por departamento e variação. Período: 1991 - 2003

	1991		2003
PARAGUAY	7.267.369	PARAGUAY	10.128.377
REGIÃO ORIENTAL	5.003.010	REGIÃO ORIENTAL	6.966.369
01. Concepción	510.968	01. Concepción	703.761
02. San Pedro	765.305	02. San Pedro	1.168.839
03. Cordillera	225.705	03. Cordillera	250.298
04. Guairá	170.852	04. Guairá	210.921
05. Caaguazú	422.832	05. Caaguazú	644.465
06. Caazapá	290.732	06. Caazapá	318.546
07. Itapúa	409.526	07. Itapúa	523.549
08. Misiones	419.816	08. Misiones	498.046
09. Paraguari	437.698	09. Paraguari	452.106
10. Alto Paraná	245.977	10. Alto Paraná	424.171
11. Central	75.176	11. Central	85.711
12. Neembucú	369.461	12. Neembucú	430.669
13. Amambay	422.812	13. Amambay	637.788
14. Canindeyú	236.150	14. Canindeyú	617.499
REGIÃO OCIDENTAL	2.388.725	REGIÃO OCIDENTAL	3.162.008
0,15. Pte. Hayes	1.730.594	15. Pte. Hayes	1.831.185
16. Alto Paraguay	208.633	16. Alto Paraguay	214.798
17. Boquerón	449.498	17. Boquerón	1.116.024

Fonte: Censo Agrícola de 1991 y Estimaciones del MAG de 2003 apud VÁZQUEZ, 2009, p.70. ADEPO, Asunción- PY.

* No ano de 1991 o Chaco estava dividido em cinco departamentos, cujos dados foram agrupados segundo a divisão departamental do ano de 1992 e que corresponde aos três departamentos atuais.

Para completar o novo cenário das dinâmicas territoriais do Chaco, em meados de 2008, o governo argentino modifica a carga de impostos a empresas agrícolas, fazendo com que alguns grupos empresariais argentinos e internacionais do setor se agrupassem com o objetivo principal de se instalarem no Chaco, principalmente nas áreas mais isoladas, assegurando, assim, seus investimentos.

Estrangeiros holandeses e dinamarqueses também buscaram terras no

¹³ Ver: VÁZQUEZ, Fabrício .Territorio y Población: nuevas dinámicasregionales en el Paraguay. ADEPO, 2006. Asunción.

território chaquenho para a instalação de futuras atividades, assim, em pleno processo da ativação econômica da pecuária, novas configuração de luta pela terra no Paraguai, especificamente na região Ocidental vão se desenhando, dessa vez, com agentes internacionais e não mais nacionais.

Portanto, há no Chaco um aumento de latifúndios, por meio de investidores internacionais que se aproveitam dos baixos valores das terras chaquenhas. “Una vez más, el Chaco parece vivir el karma territorial de la venta y especulación de sus tierras entre actores e intereses extranjeros” (VÁZQUEZ, 2006, p. 10).

As vertentes econômicas que se configuraram no Chaco se articularam em torno das cooperativas e, em alguns casos, das propriedades privadas liderando as transformações econômicas desse território.

O cooperativismo¹⁴, no Chaco, iniciou-se na década de 40 com um movimento agrícola bastante ativo e diversificado em suas ações. Essa organização possibilitou sua estabilização econômica e social no espaço chaquenho.

Ao mesmo tempo, e por várias razões, o movimento apresentava sinais de coesão para formar dois graus segundo entidades: “Ucal, União das Cooperativas Agrícolas Ltd. Chaco e como uma federação de cooperativas, a Cooperativa Agrícola Ministro Le Breton; entidades que se aderiram em 1947” (REVISTA DE ESTUDIOS RURALES, MUNDO AGRÁRIO, nº 23, 2º. sem. 2011).

Vázquez (2009) nos revela que as cooperativas haviam funcionado até pouco tempo com instâncias de poder político e econômico de uma sociedade particular, os menonitas. Os descendentes de imigrantes canadenses e russos professavam a fé menonita¹⁵ e, para tanto, repetiam no território chaquenho um padrão cultural e organizacional próprio de suas experiências adquiridas em seus países de origem.

Na última década, as cooperativas do Chaco deixaram de concentrar a totalidade do poder econômico e político do território. Fenômeno explicado pela vinculação e transição da atividade pecuarista para a produção de leite. Assim, as cooperativas, que antes dispunham de pacotes tecnológicos adaptados a sócios,

¹⁴ Aqui entende-se por cooperativismo um movimento econômico e social, entre pessoas, em que a cooperação baseia-se na participação dos associados, nas atividades econômicas (agropecuárias, industriais) com vistas a atingir o bem comum e promover uma reforma social dentro do capitalismo. Com base no Manual das cooperativas de Júlio César Zanluca, 2012.

¹⁵ Sobre os Menonitas, ver capítulo I. COSTA, Lidiane Almeida. A produção da natureza na fronteira do Brasil com o Paraguai. O Pantanal e o Chaco: Unidade e diversidade. Dourados, MS: UFGD, 2012. 200f.

passaram a perder força. “Las ayudas productivas a los socios que se dedicaban a la ganadería para la producción de leche eran muy inferiores a las necesidades de los socios que se disponían a criar ganado orientado a la producción de carne” (VÁZQUEZ, 2009, p. 10).

Conseqüentemente, as terras passaram a ter um alto custo, somado à preparação logística e à construção de esgrima, aterros e também instalações rurais que fizeram com que as cooperativas perdessem força econômica, não sendo mais utilizadas com tanta intensidade pelos próprios parceiros, que começaram a fazer investimentos fora da operação tradicional. Para Vázquez (2009)

Esta es una ruptura importante del esquema relativamente tradicional de los descendientes, ya paraguayos, de los primeros colonos canadienses y rusos, pudiendo denominarse como la aparición de una nueva lógica económica que ya no dependía necesariamente del sistema tradicional, sino que podía nutrirse, por ejemplo financieramente, de otras fuentes, los bancos asuncenos que ya comenzaban a interesarse en el dinamismo del Chaco central (VÁZQUEZ, 2009, p. 10).

O Chaco central, no que se refere à atividade pecuarista, funciona como motor de conhecimento e logística para as demais áreas do Chaco, sendo, portanto, um suporte facilitador e catalisador entre ambas, especialmente nos departamentos de Presidente Hayes e Alto Paraguay. Além disso, esse sistema de produção regional está relacionado com os sistemas de produção da região Oriental por meio de duas pontes sobre o rio Paraguai, que ligam as cidades de Concepción e Assunção.

É fundamental considerar que grande parte dessa dinâmica econômica e territorial está sustentada pelo novo cenário regional e mundial, especialmente das novas demandas globais de alimentos, em específico a carne. Portanto, o Paraguai vem se consolidando como país exportador de carne ao exterior, baseado na qualidade de seus produtos, gerando novas oportunidades produtivas que incentivam a expansão da fronteira agrícola.

Os principais países compradores da carne bovina paraguaia são “Rússia, Líbano e Chile” (DGEEC RURAL, 2002). Desse modo, nacionalmente, o rebanho bovino cresceu dramaticamente. No entanto, os avanços no saneamento, genética, gestão e industrialização não acompanharam esse aumento de rentabilidade e estão possibilitando a instalação de novas unidades produtivas ou a intensificação das já

existentes.

Para Vázquez (2009), mais importante que o crescimento do rebanho bovino é o salto qualitativo experimentado pelos produtores, assim como o aumento da carga animal por unidade de área¹⁶.

A transição da agricultura para a pecuária e da pecuária extensiva para a intensiva, são elementos que transformam o Chaco em diversas áreas denominadas de “diferenciadas e especializadas¹⁷”, ao mesmo tempo em que integram a economia paraguaia da região Oriental com a Ocidental (Chaco).

Sendo assim, a pecuária do Chaco se consolida economicamente no cenário nacional e regional, sendo os estabelecimentos de Concepción, São Pedro e Misiones os responsáveis pela rentabilidade desse território. Essa complementação e conexão entre os diferentes agentes e modelos produtivos, proporcionaram o surgimento de muitos territórios com territorialidades distintas, sendo a transformação econômica a mais visível.

A pecuária ganha relevância nesse território, pois as territorialidades oriundas dessa atividade têm gerado novas configurações espaciais, mudando o ritmo de vida e as pessoas que habitam nesse local. Podemos citar, como exemplo de novas territorialidades, o fenômeno da migração entre as cidades do Chaco Central, como Loma Plata e Filadélfia.

A migração de paraguaios para essas cidades proporcionou sua expansão territorial, bem como a diversificação dos bens de serviços. Outro elemento transformador do espaço chaquenho é a forte influência da propriedade privada da terra, somada a questões ambientais, que estão sob o comando de cooperações internacionais e ONGs nacionais e, por último, pelo Estado. Sobre os problemas ambientais do Chaco, Pasig destaca:

En todo el Chaco se observa un proceso generalizado y de creciente desertificación, resultado de la sobreexplotación de los recursos naturales, y más específicamente de la deforestación y sobrepastoreo, caza y pesca excesiva, expansión de la agricultura en tierras marginales, erosión generalizada y salinización de suelos por mal uso de la irrigación¹⁸ (PASIG, 2005, p. 5).

¹⁶ VÁZQUEZ, 2009, p. 11. Tradução nossa. Fevereiro de 2012.

¹⁷ De acordo com estudos realizados pela ADEPO (Associação Paraguaia de Estudos de População), 2006.

¹⁸ Trecho integrante do Programa de estudos “Caso de Estudio Unesco/OEA ISARM, Américas Sistema Acuífero Yrenda-Tobarrijeño/ Paraguay- Argentina e Bolivia. (PASIG, 2005. p. 5).

De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente do Paraguai (SEAM), a criação de áreas naturais protegidas com distintas categorias de manejo, iniciou-se somente no final da década de 1990. No entanto, trata-se mais de um voluntarismo do que de políticas específicas e práticas eficientes. Isso ocorre porque várias das áreas protegidas são, na realidade, propriedades privadas, gerando confusão na gestão das mesmas.

A FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL CHAQUENHA E A CONSTITUIÇÃO DE TERRITÓRIOS

Vásquez (2009) revela que é possível observar no Chaco uma nova medição ou divulgação de recursos que produzem os novos territórios, cuja dinâmica não é mais limitado para a operação de um determinado recurso natural, incluindo a terra, mas as situações de coordenação de diferentes atores situados no tempo e no espaço.

Un territorio nace cuando un grupo de actores se instala de forma durable con un proyecto determinado, independientemente de la naturaleza que sea. Las transformaciones introducidas (nuevas infraestructuras, servicios, explotaciones económicas, relaciones sociales) forman parte de la territorialización que bien puede perder fuerza y desaparecer, a esto denominamos des-territorialización, como proceso de abandono de un espacio por las razones que fuesen. En el caso del ciclo del Quebracho, la territorialización se produjo con la instalación de las industrias, los procesos productivos y las poblaciones que, luego de algunas décadas, se des-territorializaron por la crisis y desaparición del modelo productivo. En esta misma línea de reflexión, luego del abandono del territorio se puede producir una re-territorialización, es decir, se vuelve a iniciar el proceso de territorialización. Se insiste que desde la perspectiva de la geografía, la tierra es el sustrato sobre el cual se desarrolla la vida humana, dando como resultado diferentes configuraciones territoriales. Por eso, la transición de la categoría tierra a la categoría territorial aporta nuevos elementos para comprender el proceso de valorización de esta región (VÁZQUEZ, 2009, p. 27).

A fragmentação espacial do Chaco pode ser lida também como um processo contínuo de territorialização e desterritorialização, pois adjunto ao Chaco considerado tradicional e periférico ocorreram transformações que fizeram do território chaquenho um espaço de produção ativo e integrado.

Partindo dessa concepção surge a figura dos imigrantes alemães

(menonitas), brasileiros e argentinos que fizeram do Paraguay seu novo território, remodelando esse espaço.

Esses imigrantes deixaram seus territórios de origem, levando consigo suas territorialidades e também sua identidade pessoal e grupal, passando a participar de outras territorialidades. Esse fato também é bastante perceptível na nossa área de pesquisa, nas cidades fronteiriças de Porto Murtinho-BR e Fuerte Olimpo-PY.

Diante do exposto Gonçalves (2010), apoia nossa análise quando afirma que “percebe-se que na fronteira não existe apenas convivência com sangue, língua ou capitais diferentes, mas existe um risco na soberania e na cultura¹⁹ dos países que englobam espaços fronteiriços” (GONÇALVES, 2010, p. 4), pois como afirma Oliveira (2005) a linha que divide um Estado de outro, pode conspirar contra a organização compacta e isofórmica do território.

Cada território possui sua identidade espacial, ou seja, “os símbolos e suas características o que nos permite afirmar que de certa forma cada território transforma-se em lugar na medida em que o mesmo adquire definição e significado” (GONÇALVES, 2010, p.4), pois como a identidade territorial é influenciada por várias outras, a mesma pode às vezes alterar-se rapidamente no tempo, como aponta Haesbaert (2007) a identidade social nunca pode ser vista como unitária e monolítica pelo fato de a mesma ser resultante das diversas identidades sociais que são movimentadas pelos indivíduos.

Desse modo, o Chaco que antes era considerado periférico no Paraguai, “*hoy ya no lo es, por la doble vía de la integración e incorporación económica por Asunción, Concepción y el resto de la región Oriental por un lado, y la vinculación a los mercados internacionales por el otro*” (VÁZQUEZ, 2009, p 27).

Para Vázquez, essa área é considerada como um território não só para a apropriação do espaço, mas também pela criação de recursos específicos, ou seja, a construção territorial por meio da implementação de ativos específicos (conhecimentos, instalações industriais e instituições). Implica uma definição “dinâmica do território baseada na criação de competências que são redefinidas de forma contínua, onde as novas configurações territoriais, como resultado das

¹⁹ Em comunhão com o antropólogo LARAIA (2005). O autor ao definir cultura considera importante a questão do determinismo geográfico, pois a cultura é um conjunto de traços distintivos espirituais ou imateriais de um determinado grupo, devido fato de que os interesses e necessidades dos indivíduos são diferentes.

relações entre os atores que estão enfrentando novas situações" (VÁZQUEZ, 2009, p. 27. Tradução nossa).

Para o autor citado, essa dinâmica pode relacionar-se como um jogo duplo de forças: compartilhando experiências e projetos, dos quais se apoiam fundamentalmente nas relações de vizinhança, comunidade sócio-histórica e convergência de interesses técnicos ou econômicos; e também na capacidade de diferenciação e poder de processamento das cidades: ou em um sentido técnico, como centros de logística, em um sentido econômico com a capacidade de criar e de formar cadeias produtivas.

Dessa maneira, os territórios dinâmicos surgem como uma combinação de estratégias de atores para resolver um problema inédito, além de ser parte de uma história compartilhada e de aprendizagem coletivo, que determinaram a atual configuração territorial do Chaco. Portanto, diferentemente do que se costumava afirmar na literatura do Chaco, atualmente esse espaço tem fortes cooperações produtivas, como exemplo é a interação entre os agricultores do Chaco Central com os pecuaristas brasileiros do Sul, fruto de um processo de compartilhamento histórico, feito de alteridades e desafios que solidificaram as relações.

Como exemplo desse compartilhamento de relações, citamos a construção e utilização conjunta da rodovia TransChaco, projeto realizado em parceria com produtores do Chaco Central e do Sul. Para Vázquez, essa conjuntura espacial Chaquenha se define por:

La evolución de la significación de los recursos, activos o materias pueden ayudarnos a retratar el camino de estructuración territorial del Chaco, desde una perspectiva económica, que fue, como ya lo hemos anunciado, creadora de diferenciación y fragmentación intra-regional, al mismo tiempo de integración y emergencia extra regional, dentro de un escenario mayor caracterizado por una revolución en los transportes y comunicaciones, debilitamiento de las fronteras, diversidad de actores, es decir de la mundialización (VÁZQUEZ, 2009, p. 28).

Assim, para Vázquez (2009), a atual estrutura territorial do Chaco, baseada principalmente nas atividades econômicas de pecuária e agricultura trouxe para esse território uma melhor articulação econômica, resultando em melhorias na infra estrutura do mesmo. O Estado passou a investir mais em políticas públicas para essa região a partir do momento em que essas atividades passaram a gerar lucros

para a mesma.

No obstante, esses lucros são exclusivos dos detentores dos meios de produção, no caso os fazendeiros do Chaco, que em sua maioria são estrangeiros. Assim, o restante da população chaquenha continua a padecer de recursos.

De acordo com censo realizado pelo DGEEC, Atlas Central do Paraguai (2005) no Alto Paraguay a população teve um crescimento significativo no período compreendido entre 1962-2002. O registro de alunos matriculados no primário se manteve o mesmo nos últimos dez anos e os do secundário duplicaram. Para o DGEEC houve um aumento do corpo docente nas escolas primárias e secundárias de cerca de 40%.

No que se refere à saúde, observa-se que apenas 24 estabelecimentos contam com serviços sanitários. A população economicamente ativa (PEA) teve um pequeno acréscimo em relação a 1962. No entanto, o índice de desempregados chega a 96%, ou seja, a grande maioria da população do Alto Paraguay.

Esses fatores influenciam no modo dessas pessoas se relacionarem com os elementos naturais, pois esses passam a ter um valor de subsistência primária.

Hay mucha pobreza acá, entonces las personas con necesidades cazan e pescan porque no hay comida suficiente [...] Los que sucede es que las personas mas pobres tienen mas hijos, entonces les es difícil, no hay trabajo para todos. Y también se necesitan ahora personas con estudios y preparadas y la mayoría de las personas que viven acá no tiene estudios (VIVIANA MARTINS, moradora do Chaco de Fuerte Olimpo, em entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010).

Logo observa-se que os moradores do Chaco, utilizam os elementos da natureza para consumo próprio. Esse consumo não acarreta grandes modificações no espaço chaquenho, haja vista que são consumidos em pequenas proporções, diferentemente das ações desenvolvidas por fazendeiros pecuaristas, que desmatam áreas para a utilização da pastagem de gado. As transformações no ambiente, oriundas destas atividades, tem causado grandes impactos ambientais²⁰.

O modo de apropriação dos elementos naturais, depende das políticas públicas implementadas, no local, visto que a essa cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento sócio-espacial no que se refere a esfera

²⁰ Informações obtidas por meio da Secretaria de Meio Ambiente do Paraguai (SEAM) em trabalho de campo realizado na cidade de Assunção no dia 15 de agosto de 2010.

pública e também privada.

A ação estatal no Chaco proporciona auxílio a classe dominante (fazendeiros) criando para os mesmos a infra-estrutura necessária para a produção de atividades econômicas, como é o caso da construção da Rodovia Trans Chaco, que facilitou o transporte de mercadorias produzidas por agricultores e pecuaristas do Chaco, enquanto que a maioria da população é desprovida de recursos:

Lo principal como ya te dije es el camino, ese es un problema que todos los años estamos pasando, otro problema es agua porque alrededor hay muchas estancias que no cuentan con agua entonces ellos esperan época de lluvia y sin embargo a nosotros nos perjudica porque los colectivos no pueden llegar hasta acá (VIVIANA MARTINS, moradora do Chaco de Forte Olimpo, em entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010).

Considerando-se que as políticas públicas existentes no Chaco estimulam as variáveis para o desenvolvimento de atividades econômicas ligadas a agricultura e pecuária e relacionam diretamente com a inserção dessas no setor econômico regional, nacional e internacional e são reguladas pelo discurso do desenvolvimento local, fica evidente que o capital se apropria desse espaço, reordenando-o conforme a lógica capitalista de mercado.

Assim o Estado é o principal regular desse espaço, pois esse é também um dos promotores do desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária, atuando diretamente como um agente da apropriação do espaço.

Tal análise nos remete a pensarmos o espaço geográfico também na forma social e econômica, pois a natureza transformada pelo homem por meio de seu trabalho em um processo histórico é definida como espaço geográfico, o qual também é espaço social (SANTOS, 1980, p. 120). Assim a fim de refletirmos sobre a organização espacial do Chaco, faz-se necessário discorrermos os processos econômicos e sociais que permeiam esse ambiente, pois não houve e jamais haverá formação social independente do espaço (SANTOS, 1980, p.199).

Em nome da sustentabilidade ambiental o Estado paraguaio implanta alguns projetos com perspectiva ambientalista, mas que se revelam promotores e incentivadores do desenvolvimento econômico do Chaco, neste texto destacamos dois destes projetos nacionais que possuem relevância para o Chaco: O projeto *Apoio a la formulación de La Reserva de La Biosfera del Chaco Paraguayo* e o

projeto *Ordenamiento Ambiental del Territorio de los departamentos de Alto Paraguay e Boquerón*.

O Projeto de *La Reserva de La Biosfera del Chaco*, pretende atingir áreas chaquenhas que apresentam ameaças ambientais, a fim de detectar e impulsionar o Desenvolvimento Sustentável desse ambiente e garantir um melhor nível de vida para seus habitantes.

Prevê-se declarar Reserva da Biosfera um extenso território situado ao norte do Chaco Paraguai, cuja forma recorda um polígono irregular. Seus limites se coincidem com a fronteira internacional com a Bolívia, desde a cidade denominada de Bahía Negra no Departamento de *Boqueron*, no Rio Paraguai, até *Médanos del Chaco* no oeste do Paraguai. No sul, apresenta uma extensa área que pertence aos povos indígenas da tribo *Ayreo*, que está ameaçada de extinção.

O governo paraguaio declara que a *Reserva de Biosfera no Chaco*, traria benefícios derivados a diferentes grupos humanos. Vemos uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que assinala a preocupação em diminuir os impactos ambientais e resolver as questões sociais dos indígenas, aponta benefícios para os agentes causadores desses problemas, como é o caso da atividade agrícola e pecuária praticada por proprietários de terras.

Se extenderían incluso hacia otros campos prioritario del Paraguay, como el desarrollo de las ciencias básicas, la integración cultural, la agricultura e la ganadería ecológica, el ecoturismo, la justicia social y la creación de objetivos claros y orientadores para la juventud estudiantil o con preocupación social y solidaria, y en resumen, todo eso prestigiaría y resaltaría la imagen internacional del país (PARAGUAY, 2004, p).

De acordo com trabalho de campo, realizado em novembro de 2010, nota-se que enormes trechos do Chaco estão sendo devastados por pecuaristas brasileiros, proprietários de terras no chaquenhas. Nota-se a presença de menonitas de língua alemã, descendentes de colonizadores que trabalham como agricultores e fazendeiros.

Também foi possível observar terras sendo devastada por tratores e árvores sendo queimadas. “O céu às vezes ganha um tom “cinza crepuscular” no meio do dia. Acordamos com gosto de cinzas na boca e com uma fina camada branca na língua” disse um morador ao ser entrevistado.

De acordo com análises por satélite do *Guyra*, um grupo ambiental de

Assunção, no mínimo 485 mil hectares do Chaco foram desmatados nos últimos dois anos. Ainda segundo o grupo, fazendeiros, abrindo caminho para suas enormes criações de gado, já devastaram cerca de 10% das florestas do Chaco nos últimos dez anos. Isso se reflete no crescimento da exportação de carne. “O Paraguai, infelizmente, já está entre os campeões de desmatamento”, afirmou o promotor e ex-ministro do Meio Ambiente Jose Luis Casaccia em entrevista ao Jornal Instituto Humanitas Unisinos, em maio de 2012, sobre o enorme desmatamento que vem ocorrendo nas florestas atlânticas do leste do Paraguai nas últimas décadas, causado pelo cultivo de soja. Restam pouco mais de 10% das florestas originais. “Se insistirmos nessa loucura”, disse Casaccia, “quase todo o Chaco poderá ser destruído nos próximos 30 anos.”

O jornal Instituto Humanitas Unisinos (Maio de 2012) argumenta que, quando criticadas por seu papel no desmatamento, as comunidades menonitas admitem que grandes trechos de floresta da região fossem removidos. Mas eles negam a culpa, afirmando que operam dentro da lei paraguaia, que exige que proprietários preservem um quarto de suas terras no Chaco. “O que os brasileiros fazem, comprando terras com a sua moeda forte, é algo completamente diferente”, disse um membro da câmara municipal de Loma Plata, uma cidade menonita ao jornal citado.

Por todo o Paraguai, é impossível ignorar a influência econômica do Brasil, simbolizada nos cerca de 300 mil brasiguaios que são conhecidos por ajudar na expansão industrial e pecuária no país.

A questão mais preocupante é que a corrida por terra tem aumentado o impacto sobre os povos indígenas do Chaco. Um grupo de caçadores-coletores, os ayoreos, está sendo especialmente afetado pelas mudanças. Em 2004, 17 falantes da língua ayoreo entraram em contato com o mundo exterior pela primeira vez.

A contradição é bastante perceptível, pois o texto do projeto deixa claro que as razões que justificam a declaração da Biosfera são as seguintes:

Defender a los indígenas y contribuir a que puedan mantener SUS usos tradicionales y su cultura [...] Preservar al patrimonio natural que encierra el Chaco para las generaciones futuras [...] Mantener usos culturales tradicionales de los paraguayos [...] Contribuir a que la población local participe en la toma de decisiones sobre el territorio en que vive [...] Crear un marco que permita generar riqueza en base a modelos de sostenibilidad [...] Contribuir a la integración de un amplio territorio en el deben buscarse

sinergias y acciones integradas de todo o tipo [...] Difundir a nivel mundial la importancia del Chaco y proyectar una imagen moderna del Paraguay [...] (PARAGUAY, 2004, p.22).

Assim, percebe-se que a função básica do Estado é a preservação das relações de produção, com todas as suas implicações: manutenção e reprodução de ambas as classes sociais, a classe capitalista enquanto classe dominante; e a classe trabalhadora enquanto classe trabalhadora. “O "interesse" do Estado não é o interesse de uma classe ou de outra, mas reside na vigência da relação social, desigual e contraditória que as cria e preserva enquanto tais” (CORAZZA, 1987, p. 1). A única possibilidade de superar a separação entre o Estado e a sociedade é concebê-los não como coisas ou entidades, mas como relação social. São as relações de produção que constituem tanto o Estado quanto à sociedade. Nesse sentido destacamos outro projeto idealizado pelo Estado Paraguaio para a sustentabilidade do Chaco.

O Projeto *Ordenamiento Ambiental del Territorio de los departamentos de Alto Paraguay e Boquerón* foi idealizado pela Secretaria do Meio Ambiente do Paraguai o Projeto de Ordenamento Territorial dos Departamentos do Alto Paraguai e Boquerón (OAI) é um instrumento de planificação da Política Nacional do Paraguai (PAN), sendo, portanto, uma das bases para o Ordenamento Territorial do Paraguai, cuja função é fazer levantamentos sobre as condições sociais, econômicas e ambientais daquele país. Esse projeto teve início em fevereiro de 2005 com finalização de seus trabalhos em setembro de 2006.

O Projeto de Ordenamento Territorial (tradução nossa) foi dividido conforme as regiões geográficas existentes no Paraguai, portanto, Região Oriental e Ocidental e posteriormente em departamentos pertencentes a cada região. Salientamos o Projeto de Ordenamento Territorial dos departamentos de Boquerón e Alto Paraguai, pelo fato desses departamentos fazerem parte do Chaco.

A pretensão do projeto é orientar o processo de ocupação e transformação do território, mediante definição de características físicas, climáticas, hidrológicas, biológicas, econômicas e culturais, de modo a assegurar a sustentabilidade ambiental no processo de desenvolvimento. Inserido no projeto está o Plano de Ordenamento Territorial (POAT), que se fundamenta nos objetivos e estratégias do PAN e traça as diretrizes gerais a serem consideradas a nível municipal e

departamental.

O objetivo geral do Plano de Ordenamento Territorial (POAT) é construir uma ferramenta para orientar o processo de desenvolvimento dos departamentos, analisando as transformações espaciais de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política Nacional (PAN).

Sendo assim, o processo de instauração do Projeto de Ordenamento Territorial se iniciou em fevereiro de 2005, quando os governos departamentais firmaram convênios de descentralizações e atribuições junto a Secretaria de Meio Ambiente (SEAM) e também acordos interinstitucionais entre a Fundação *DesdelChaco* e Secretaria Técnica de Planificação e Governabilidade, essa última vinculada a SEAM.

Mediante tais acordos se firmou um Comitê Coordenador, que elaborou os planos de trabalho, sendo que a equipe foi formada por um membro efetivo e um titular das seguintes instituições: SEAM/Direção Geral de Gestão Ambiental (DGGGA), Secretaria Técnica de Planificação, governos departamentais e municipais e Fundação *DeSdelChaco*,

O Projeto dispõe de fundos monetários da Operação Técnica e Financeira da USAID e União Européia, das quais elaboraram informes técnicos, trabalhos de campo e a participação das organizações públicas e privadas representativas de ambos os departamentos e também de âmbito nacional.

Conforme estabelece as leis ambientais do Paraguai, os elementos naturais tem sua importância tanto do ponto de vista ecológico quanto do ponto de vista econômico. A floresta permite diversas “inter-relações entre os organismos e o seu meio físico, constituindo-se num ecossistema terrestre onde interagem organismos tais como fungos, bactérias, algas, árvores, vermes, aves, insetos, mamíferos e o próprio homem” (GONZÁLES; BACHA, 2007, p. 1).

Além disso, “a floresta serve para regulação da intensidade dos ventos, para regulação dos ciclos hidrológicos, e fornecem uma série de bens ao homem, tais como madeira, folhas, raízes e frutos” (PARAGUAY, 2006, p. 3). Normalmente, apenas esses bens têm sido valorados nas análises econômicas, e essa valoração é considerada para definir a importância de políticas florestais.

De acordo com Gonzáles e Bacha (2007) a política florestal compõe-se de

normas e estímulos que deveriam ser baseados nos princípios da sustentabilidade no manejo dos recursos florestais, na valoração ambiental desses recursos, na participação democrática da sociedade para a planificação e execução dos programas e projetos florestais, na descentralização, regionalização e transparência da execução e tomada de decisões e na equidade na aplicação da legislação florestal.

Nesse sentido, para a execução da política florestal é indispensável adotar leis em consonância com costumes e normas jurídicas do país respectivo, que permitem o acima exposto. Por sua vez, a legislação florestal deve guardar harmonia com o progresso econômico e social do país e também promover tal progresso (FAO, 2005 apud GONZÁLES E BACHA, 2007). No entanto, nem sempre isso tem ocorrido.

La producción forestal tiene su marco legal en constituido por la ley 422/73 "Forestal y establece los mecanismos inherentes para el aprovechamiento nacional de este recurso sin el cambio de uso de la tierra e con criterios productivos que a su vez buscan la sustentabilidad (PARAGUAY, 2006, p.3)

Igualmente devem-se levar em consideração as especificidades que seguem cada legislação assim como as recomendações consideradas para cada tipo de proposta, tanto aquelas relacionadas à produção primária como de outros setores da produção, como por exemplo, a industrial.

Nos casos do Brasil e Paraguai, a legislação estabelece zoneamentos para o uso da terra dentro da propriedade rural, o que a torna um mecanismo de política de rendas. A política de rendas é constituída de regulamentações que determinam valores mínimos ou máximos para o pagamento pelo uso dos fatores de produção ou produtos elaborados numa economia e/ou restringem a produção e a comercialização de produtos e o uso dos fatores de produção (GONZÁLES; BACHA, 2007).

Para Gonzáles e Bacha, as políticas florestais do Brasil e Paraguai, no que diz respeito ao controle do desmatamento e incentivo ao reflorestamento, ainda não foram comparadas, e um estudo comparativo da legislação florestal desses países pode levar a uma melhor compreensão e possível cooperação entre ambos para a conservação do meio ambiente e da natureza como um todo, dado que ambos são

vizinhos e pertencem a um bloco econômico comum, que é o Mercosul.

Em diálogo, Magalhães (2002) revela que, em razão do rápido processo de desmatamento no país e a expansão da economia nas áreas de construção civil, produção de celulose, carvão vegetal, entre outros, os distintos governos estabeleceram normas para controlar o desmatamento e, com esse fim, foi promulgado o primeiro Código Florestal em 1934. *“Este código restringiu o desmatamento das propriedades privadas em até 75% da vegetação existente e instituiu a obrigatoriedade de o proprietário rural obter licenças para explorar áreas próximas aos rios e lagos”* (GONZÁLES; BACHA, 2007, p. 41). Também previa a criação de unidades de conservação.

No Paraguai de acordo com Ibarra e Nuñez (1998), na década de 1930, para realizar as explorações das espécies florestais do Paraguai, era preciso uma licença em cumprimento à lei nº 1248 de 1931 (conhecida como “Código Rural”). Na década de 1940, as explorações das espécies florestais continuaram, sendo as espécies mais buscadas as usadas para a obtenção de toras, que logo eram comercializadas para obtenção de renda.

Segundo Brañes apud Gonzáles e Bacha (2007) nos últimos cinquenta anos as leis florestais dos países da América Latina têm estado fortemente influenciadas pela pioneira lei nº 13.273, que versa sobre a defesa da riqueza florestal, expedida na Argentina em 1948. A partir da década de 1960 foram impulsionados no Paraguai os processos de colonização em direção às áreas florestais da região leste do Paraguai, fronteira com o Brasil. Conforme já mencionamos anteriormente, esse fato fez com que vários brasileiros adquirem terras mais baratas no Paraguai, em especial no Chaco.

A partir desse contexto observamos o processo de produção do espaço começa a mudar de forma no território chaquenho, pois, em 1963 surgiu a lei nº 854, do Estatuto Agrário, que estabeleceu categorias de latifúndio em função do conceito da racionalidade da exploração, sendo esses sujeitos à expropriação.

O Projeto de Ordenamento Territorial revela que na atualidade a produção e exploração florestal no Chaco são mantidas pela lei 422/73 que regula essa atividade assim como o uso da terra necessário para a conversão de bosques em áreas para exploração agropecuária e as que fundamentalmente por meio de

mecanismos dessa mesma lei, regulam e comercializam todo o material florestal explorado, até mesmo aqueles que já foram transformados em cortes, tábuas, vigas e móveis.

Dentro desse contexto, geram uma série de situações de conflitos cuja origem tem várias condicionantes, como por exemplo, a falta de definição de áreas de bosque. A Secretaria de Meio Ambiente, por meio de técnicos que participaram desse projeto, nos revelaram em trabalho de campo, realizado em agosto de 2010 na cidade de Assunção-PY que a estrapolação das regulamentações é uma realidade bastante complexa, assim como os conflitos dos órgãos reguladores.

A lei ambiental no Paraguai indica que a terra com cobertura florestal, seja de propriedade estatal, seja privada, está sujeita ao regime da lei nº 422, que data de 16 de novembro de 1973 e que regula a utilização e conservação das florestas ou bosques do país.

Segundo Gonzáles e Bacha (2007) a terra com cobertura florestal é definida como aquela apta para a produção de madeira dadas as condições agronômicas do lugar. O órgão do governo encarregado das regulamentações é o Servicio Forestal Nacional (SFN) do Ministério de Agricultura.

Para os autores acima citados a lei aclara que o uso racional e manejo do bosque (como são conhecidas as matas no Paraguai) são de interesse público e proíbe a devastação e a exploração irracional das florestas. “As terras com aptidão para produção madeireira devem ser utilizadas respeitando-se as restrições e limitações impostas pela presente lei” (GONZÁLES; BACHA, 2007, p. 46).

A lei nº 422 procura assegurar a proteção, renovação e sustentabilidade dos recursos florestais, controle da erosão, proteger os mananciais e bacias ribeirinhas, estimular o florestamento e reflorestamento e a conservação da vida aquática e silvestre ribeirinha.

No entanto, o trabalho de campo antes mencionado, nos apontou que os informes finais realizados no Plano de Ordenamento Territorial (POAT) revelam que devido a agropecuária ser a principal atividade econômica do território, a exploração florestal deverá ser feita nas áreas com menor receptividade para a produção agropecuária. O informe final do POA considera que a produção florestal é possível ser desenvolvida em qualquer unidade territorial da zona de produção. Assim

específica:

La producción forestal es posible desarrollar en cualquiera de las sub unidades territoriales de La zona de producción, atendiendo a que la misma se basa en el aprovechamiento de los recursos forestales existentes en todos las unidades mencionadas y en el uso de reforestación la misma puede ser desarrollada igualmente casi todas las situaciones planteadas, toda vez que para caso se utilicen y consideren las tecnologías y practicadas adecuadas para el tipo de producción, y la oferta ambiental en su contexto general (PARAGUAY, 2006, p. 9).

Desse modo, as terras incultas com cobertura florestal, não exploradas racionalmente e classificadas como improdutivas, têm sido um “dos fatores mais atuantes na transformação de terras florestais em terras para usos agropecuários” (GONZÁLES; BACHA, 2007, p.45) tanto para o caso dos latifundiários que desflorestavam milhares de hectares de matas para justificar que não se tratava de terras incultas e assegurar o seu domínio como também para o caso das colônias que eram habilitadas em áreas florestais.

O órgão do governo encarregado das regulamentações é o *Servicio Forestal Nacional* (SFN) do Ministério de Agricultura. O mesmo é responsável pela formulação da política florestal, das quais implicam:

Administrar as reservas estatais; implantar viveiros; outorgar licenças e concessões para explorar bosques do Estado; classificar bosques; aplicar multas aos que violem as normas e regulamentações florestais; outorgar licenças para a movimentação e o comércio de madeiras e outros produtos florestais; elaborar o mapa florestal nacional; autorizar a exploração de terras madeireiras privadas; aprovar eventuais planos de manejo e outras atividades correlatas (PARAGUAY, 2006, p. 4. Tradução nossa).

Para o transporte de madeiras e outros produtos florestais é necessário uma permissão especial ou guia outorgada pelo SFN, que é a “*Guia de Circulación de Productos Forestales*” (GUIA FORESTAL). Os indivíduos ou entidades interessados em explorar os bosques, comercializar ou industrializar produtos florestais ou no reflorestamento para posterior exploração devem efetuar o registro no SFN.

Lamentavelmente no Chaco o SFN é um documento que só existe burocraticamente, pois indivíduos transportam madeiras com facilidade de um local a outro, sem portar tal documento. Em trabalho de campo no Chaco, observamos essa realidade, por esse motivo indagamos o motivo de tal fato ao Tenente da Policia Ambiental (PMA) do Brasil em Porto Murtinho-MS, haja vista que o mesmo

costuma percorrer a fronteira Brasil/Paraguai, para fazer fiscalizações.

O mesmo nos respondeu que: “Tem uma parceria que eles chamam de irmandade, temos muitos brasileiros do lado paraguaio, muitos paraguaios do lado brasileiro que tem família, então não tem esse negócio de pegar documentação” (Tenente da PMA de Porto Murtinho-MS. Entrevista concedida a essa autora em 16 de novembro de 2010).

As causas para essa deficiência de eficácia se “concentram-se na corrupção das autoridades florestais, escassez de recursos humanos e materiais para fiscalização, falta de alternativas econômicas à população nas áreas florestais e grandes interesses de madeireiros” (GONZALES; BACHA, 2007, p. 52).

No decorrer deste trabalho, foi possível notar que o Paraguai é apresentado como um país com história muito peculiar no contexto latino-americano, dado seu isolamento desde sua independência e um forte regime político centralizado, que dirigia meticulosamente os fatores econômicos, influenciando na colonização e ocupação desse território.

A abertura imigratória, ocorrida após a Guerra do Paraguai, inserida em um projeto liberal modernizador articulado com questões externas, foi essencial para a criação de leis para menonitas estabelecidos no Paraguai sua vinda dos fez parte de uma estratégia governamental para defender as fronteiras do Chaco Paraguaio pois, durante as primeiras décadas do século XX, esse país foi marcado por problemas políticos, econômicos e diplomáticos que influenciaram o interesse da Bolívia no Chaco.

Assim, o Estado paraguaio utilizou-se desse artifício uma vez que o país precisava ocupar espaços poucos povoados e com pouca contribuição econômica. De acordo com essa visão, o território chaquenho era “inóspito e desabitado”, ocupado por indígenas que não atendiam aos ideais do sistema capitalista e consumo. Para o governo paraguaio, a nação precisava encontrar indivíduos não-índios que acarretassem o desenvolvimento econômico almejado para o território.

É notável, portanto, que o governo ressaltava a questão econômica, mas na verdade seu objetivo era bélico, ou seja, garantir a manutenção do poder sobre o território. Os projetos imigratórios, principalmente os da região do Chaco, eram políticas governamentais para garantir a defesa das fronteiras contra o ataque

boliviano. Nesse sentido, todas as lideranças que representaram o governo paraguaio, desde o século XIX, tinham como ideário a adoção de medidas que impedissem a eclosão de uma guerra.

Compreende-se, por exemplo, que a vinda dos menonitas, além de uma experiência de colonização é sim uma estratégia de defensiva para as terras chaquenhas. O discurso adotado pelo governo transformou-se em um ideário entre a população paraguaia reforçando a idéia que o Chaco era um “deserto sem vida” e impróprio para fixar moradia, foi proposital e, portanto, uma estratégia política para que o Chaco ficasse no centro das atenções e fosse povoado por estrangeiros que atendiam o projeto de consolidação do Chaco como parte integrante do território.

Evidencia-se que a imigração para a região chaquenha apresentou um projeto de segurança nacional a fim de garantir a soberania do Chaco. No entanto, tais esforços acabam se mostrando insuficientes para impedir a eclosão bélica entre o Paraguai e a Bolívia que originou a Guerra do Chaco ocorridas entre os anos de 1932 e 1935.

Somando-se a essa questão, as ações tomadas pelo governo paraguaio não deram subsídios para que essa região saísse do isolamento. Ao contrário, o discurso proferido se tornou um ideário entre a população paraguaia, fazendo com que os grandes centros urbanos se concentrassem na região Oriental, originando um desenvolvimento superior ao da região Ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, notamos que, desde seus primórdios, o território chaquenho vem sendo alvo de questões como a colonização de terras por estrangeiros; geopolíticas, centradas no poder sobre o território, alicerçadas pela posse das riquezas naturais, como foi o caso da Guerra do Chaco, originalmente eclodida por interesses ligados à possível existência de petróleo no território; disputas fronteiriças; e, hegemonia na região do Plata.

O poder está alicerçado no debate pela disputa do território, e os interesses dos Estados próximos também devem ser levados em consideração, haja vista que o Brasil sempre aparece na historiografia espacial do Paraguai como um dos

agentes de conflito e disputa pelo poder, acrescido pelo fato de ambos serem países fronteiriços.

Deste modo, inserimos o território chaquenho na análise de Raffestin (1993), pois entendemos que o mesmo é produzido por diferentes atores que atuam sobre esse espaço, (re)organizam o território por meio da prática de poderes, políticas e programas estratégicos, de gestão territorial, enfim. “A gestão de ações e programas que contêm um caráter (re)estruturante e/ou com capacidade de alavancagem de desenvolvimento endógeno imprime, assim, novos usos do território” (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

Interpretar o poder²¹ relacionado a esses territórios significa ligá-los à capacidade dos atores de gerir e implantar políticas econômicas e tecnológicas. Em uma noção teórica mais ampla, está mais próxima das diversas forças produtoras, das relações sociais de produção; do uso dos elementos naturais e da propriedade privada, que moldam o território.

No tocante à produção e consumo do Chaco Paraguai, o mesmo está intimamente ligado à reprodução do capital, que consistem em atender as exigências do mercado, homogeneizando os elementos naturais, tornando-os comercializáveis - como é o caso da pecuária. No entanto, a essa atividade econômica acrescentamos e consideramos a influência exercida pela iniciativa privada sobre as decisões do Estado. Assim, o que se percebe, é que as políticas públicas de desenvolvimento visam a atender as classes dominantes regionais e nacionais, influenciando diretamente no planejamento territorial desse território, por meios de ações que visam seus próprios interesses.

Essa realidade é perceptível nas ações de sustentabilidade ambiental e implementação de infra-estrutura, cujos beneficiários são as classes mencionadas. Em Fuerte Olimpo²², durante vários anos o Estado atuou de forma oculta, dando a entender que nesse local havia inexistência de políticas públicas. No entanto, essa foi uma estratégia governamental adotada pelos dirigentes políticos daquele país. As ações do Estado são mais visíveis nas últimas décadas com a consolidação de atividades econômicas como a pecuária, que trouxe grandes modificações na

²¹ Com base em Raffestin (1993).

²² Município do Chaco Paraguai, localizado no Departamento de Alto Paraguay. Fez parte de nossa área de pesquisa em 2011, quando na oportunidade entrevistamos moradores e líderes locais.

produção do lugar, no qual os agentes produtores passam a ser estrangeiros, principalmente brasileiros que adquiriram terras nesse local.

Juntamente com o Estado, esses sujeitos produzem o Chaco, determinando a esse, novas territorialidades, que influenciam no consumo dos elementos naturais. Assim, entendemos que o Chaco Paraguaio está em constante movimento. A geografia desse lugar, assim como a produção e consumo do mesmo se altera conforme as necessidades do capital. Assim, ele está longe de ser, e de fato não o é, espaço homogêneo, consolidado, acabado, mas está em oscilação, em constante modificação pela ação dos diversos sujeitos que, por meio de suas vivências, impõem, a esses ambientes naturais um movimento de constante transformação.

BIBLIOGRAFIAS

ABDON, M. de M.; SILVA, J. dos S. V. **Fisionomias da vegetação nas sub-regiões do Pantanal brasileiro**/Myrian de Moura Abdon, João dos Santos Vila da Silva. São José dos Campos. INPE; Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, 2006. 1 CD ROM.

BACHA, C. J. C. et al. Programas de incentivo ao reflorestamento em pequenos e médios imóveis rurais no Brasil. **Relatório preparado para o projeto de pesquisa colaborativo**. Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, Esalq/ USP: "Instrumentos para um Setor Florestal Privado Sustentável". Londres: IIED, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Programa Nacional do Meio Ambiente. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai-PCBAP**. Brasília: PNMA, 1997. (Resumo Executivo)

CORAZZA. Gentil. **Estado e Relações de Produção**. Ensaio FEF. Porto Alegre, 1987, 10p.

COSTA, Lidiane Almeida. A produção da natureza na fronteira do Brasil com o Paraguai. O Pantanal e o Chaco: Unidade e diversidade. Dourados, MS: UFGD, 2012. 200f.

DESARROLLO REGIONAL INTEGRADO DEL CHACO PARAGUAYO. **Diagnóstico y Estrategia (1983)**, Gobierno de la República del Paraguay, Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos, Asunción, 201p.

GONÇALVES, C. W. P. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. **Os porquês da desordem mundial.** Mestres explicam a globalização. Organizador Emir Sader. Rio de Janeiro: Recorde, 2004.

GONÇALVES, K.B. **Os sujeitos da des-re-territorialização: Brasiguaios opção ou consequência.** Dourados-MS, Universidade Federal da Grande Dourados. PPGG/FCH. 2010 15p.

GONZÁLES.M.V e BACHA. C.J.C. **As Políticas Florestais do Brasil e Paraguay.** Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 14, 38 n. 28, maio 2007.

HAESBAERT, Jean – Paul. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBART, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, ano IX, n.17, p.19-46, 2007.

HISSA, Cássio E. V. **A mobilidade das fronteiras:** inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 19-111 e 159-198.

IBARRA, J.; NUÑEZ, F. **Un estudio de caso en las Serranías del Yvytyrusu, Paraguay.** Asunción, 1998. In: WORLD RAINFOREST MOVEMENT. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/deforestation/LAmerica/Paraguay.html>. Acesso em: 15 março 2012.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em 24 de maio de 2012

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

LEIS FLORESTAIS DO PARAGUAI. Disponível em: <http://www.seam.gov.py>. Acesso em: 29 março de 2012.

MAGALHÃES, J. P. **A evolução do direito ambiental no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. 88p.

PARAGUAY. Secretarial Del Ambiente. **Projecto de La Biosfera Del Chaco. Comité Paraguayo** Del progrma Hombre y biosfera-Red IberoMab; UNESCO, outubro, 2004.

PARAGUAY. DGEEC. II **Censo Nacional de População Indígena e Habitação.** Dezembro de 2002.

PARAGUAY. DGEEC. II **Censo Nacional Rural.** Dezembro de 2002

PARAGUAY. DGEEC. III **Censo Nacional de População Indígena e Habitação.** Dezembro de 2005.

PARAGUAY. Secretaria Del directos Humanos. **Relactório Del Directos Humanos,**

UNESCO; Asunción, 1996.

PARAGUAY. La Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC). **Censo Agrícola 1991**. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py//Acesso> em 12/09/2011.

PARAGUAY. La Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC). **Principales EPH 2010**. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py//Acesso> em 12/09/2011.

PARAGUAY. Secretaria Del Ambiente. **Folheto de Finalización de Plan de Ordenamiento Ambiental del Territorio** GTZ, USAID, BGR, Desdelchaco, Asunción, 2010

PARAGUAY. **Ministerio de Agricultura y Ganaderia**. Disponível em: <http://www.mag.gov.py>. Acesso em: 06/04/2012.

PARAGUAY. Secretaria Del Ambiente. **Plan de Ordenamiento Ambiental del Territorio: Aspectos Jurídicos**. GTZ, USAID, BGR, Desdelchaco, Asunción, 2006.

PARAGUAY. Secretaria Del Ambiente. **Plan de Ordenamiento Ambiental del Territorio: Departamentos de Boquerón y Alto Paraguay**, GTZ, USAID, BGR, Desdelchaco, Asunción, 2007, 120 p.

PASIG. Ronald C. Proyecto: **Programa Marco para la Gestión Sostenible de los recursos hídricos de la cuenca del Plata en relación con los efectos hidrogeológicos de la variabilidad y el cambio climático**. In: Caso de Estudio Unesco/OEIASAIRM Américas Sistema Acuífero Yrenda-Toba-Tarijeño Paraguay-Argentina-Bolivia. Paraguay, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ática, 1993.

REVISTA DE ESTUDIOS RURALES. **El Chaco em território rural**. Mundo Agrário, nº23, 2º Semestre. Paraguay, Assunción, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

TORRACA, M.M.E. **Imigração e Colonização Menonita no processo de legitimação do Chaco Paraguaio (1921-1935)**. Dourados /UFGD. Departamento de Ciências Humanas, curso de pós- graduação em História, dissertação de Mestrado, 2006.

VÁZQUEZ, Fabricio. **La mundialización y los nuevos territorios del Alto Paraguay**, In: FOGEL Ramon, RIQUELME Marcial, Enclave Sojero, merma de soberanía y pobreza, Ceri, Asunción, 2005, p. 183-216.

VÁZQUEZ, Fabrício. **Territorio e Población**. Nuevas dinámicas regionales en el Paraguay. Asociación Paraguaya de estudios de población. Vol 3. Asunción,

Paraguay, 2006.

VÁZQUEZ, Fabrício. **El Chaco en transición**: de la estructura pasiva de las tierras a la emergencia dinámica de los territorios. Asunción, Paraguay, 2009, 34 p.